

PUBLICAÇÕES
CONTAS E EXERCÍCIOS
2016



BANCO BAI MICRO FINANÇAS, SA

BALANÇO PATRIMONIAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES EXPRESSOS EM KWANZAS



CÓDIGO CONTIF	DESCRITIVO	ANO DE 2015	ANO DE 2016	CÓDIGO CONTIF	DESCRITIVO	ANO DE 2015	ANO DE 2016
1	ACTIVO	8 092 808 782	8 396 617 385	2	PASSIVO	9 824 607 913	7 696 461 699
1.10	DISPONIBILIDADE	4 736 361 143	3 077 352 049	2.10	DEPOSITOS	7 475 125 760	6 542 311 478,73
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ	0	0	2.10.10	Depositos a Ordem	4 730 618 070	4 966 282 783,63
1.20.10	Oper Mercado Monetario Interfinanceiro	0	0	2.10.20	Depositos a Prazo	2 437 870 279	1 307 447 818,39
1.20.20	Oper Compra Tit Terceiros Acordo Reveda			2.10.80	Outros Depositos	306 637 411	268 580 876,71
1.20.30	Oper Venda Tit Terceiros Acordo Reveda						
1.20.40	Aplicações Ouro e Outros Metais Preciosos			2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	1 000 000 000	0
1.30	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	40 711 279	4 439 481 864	2.20.10	Oper Mercado Monetario Interfinanceiro	1 000 000 000	0
1.30.10	Mantidos para Negociação	0		2.20.20	Oper Venda Tit Proprios Acordo Recompra	0	0
1.30.20	Disponiveis para Venda	0		2.20.30	Oper Venda Tit Terceiros Acordo Recompra	0	0
1.30.30	Mantidos até o Vencimento	40 711 279	4 439 481 864	2.30	CAPTAÇÕES TITULOS VALORES MOBILIARIOS	0	0
1.40	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			2.40	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	0	0
1.50	CREDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	0	2.50	OBRIGAÇÕES SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	66 447,88
1.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS	0		2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS	0	0
1.70	CREDITOS	2 433 393 171	239 734 698	2.70	OUTRAS CAPTAÇÕES	976 716 306	908 256 501,71
1.70.10	Creditos	5 259 356 909	497 871 843	2.70.10	Dividas Subordinadas		
1.70.90	(-)Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(2 825 963 738)	(258 137 145)	2.70.20	Instrumentos Hibridos de Capital e Divida		
				2.70.80	Outras Captações Contratadas	976 716 306	908 256 501,71
1.75	CLIENTES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS		0	2.75	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0
1.80	OUTROS VALORES	68 430 110	64 313 558	2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	372 765 847	245 827 270,82
1.85	INVENTARIO COMERCIAIS E INDUSTRIAIS		0	2.90	PROVISÕES P/RESPONSABILIDADES PROVAVEIS	0	198 455 889,06
				2.95	PROVISÕES TECNICAS	0	0
1.90	IMOBILIZAÇÕES	813 913 079	575 735 215				
1.90.10	Imobilizações Financeiras	622 806	622 806	3	INTERESSES MINORITARIOS	0	0
1.90.20	Imobilizações Corporeas	546 855 092	446 121 798				
1.90.30	Imobilizações Incorporada	266 435 181	128 990 611	4	FUNDOS PROPRIOS	380 420 277	1 501 673 739
				4.10	CAPITAL SOCIAL	5 104 781 549	5 334 906 942
				4.20	RESERVA ACTUALIZAÇÃO MON CAPITAL SOCIAL		
				4.30	RESERVAS E FUNDOS	127 320 831	127 320 831
				4.40	RESULTADOS POTENCIAIS		0,00
				4.50	RESULTADOS TRANSITADOS	(4 851 682 103)	(6 963 901 511)
				4.60	(-)DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0	0
				4.70	RESULTADO ALTER CRITERIOS CONTABILISTICOS	0	0
				4.80	(-)JACÇÕES QUOTAS PROPRIAS TESOURARIA	0	0
				5	RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2 112 219 408)	2 003 373 535

Zembo Macedo
Administardor Executivo

Hélder Aguiar
Presidente da Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

VALORES EXPRESSOS EM KWANZAS

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	ANO DE 2016	ANO DE 2015
	I - MARGEM FINANCEIRA	(244 624 050)	(186 469 242)
	II - PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINAN DERIVATIVOS	(547 804 957)	(389 474 732)
5.10.10.10.10.20	1 Proveitos de Aplicação de Liquidez	(1 144 983)	0,00
5.10.10.10.10.30	2 Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	(116 779)	(87 818 883)
5.10.10.10.10.40	3 Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivativos		
5.10.10.10.10.70	4 Proveitos de Créditos	(546 543 196)	(301 655 849)
	III - (-)CUSTOS INST FINANCEIROS PASSIVOS	303 180 908	203 005 490
5.10.10.10.20.10	5 Custos de Depósitos	192 438 124	125 408 024
5.10.10.10.20.20	6 Custos de Captação para Liquidez	77 884 455	39 329 178
5.10.10.10.20.30	7 Custos Captação Títulos e Valores Mobiliários		
5.10.10.10.20.40	8 Custos de Instrumentos Financeiros Derivados		
5.10.10.10.20.70	9 Custos de Outras Captações	32 858 330	38 268 288
5.10.10.20	IV - Resultado Negoc Ajuste Valor Justo		0,00
5.10.10.60	V - Resultado de Operações Cambiais	(322 820 433)	(414 822 609)
5.10.10.80	VI - Resultado Prestação Serviços Financeiros	(78 326 067)	(147 826 524)
5.10.10.90	VII - (-)Prov Cred Liqui Duvidosa e Prest Garantia	1 312 481 228	(1 914 286 475)
5.10.10.95	VIII - Resultado Plano Seg, Captação, Saude Compl		0
5.10.75	IX - RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	666 710 678	(2 663 404 851)
	X - RESULTADO MERC, PROD E OUTROS SERVIÇOS		
	XI - Custos Administrativos e Comercialização	1 474 542 284	1 357 205 254
5.10.80.10.10	10 Pessoal	666 839 530	565 388 068
5.10.80.10.20	11 Fornecimento de Terceiros	639 954 975	651 838 437
5.10.80.10.30	12 Impostos e Taxas não Incidentes S/Resultado	3 402 665	21 362 963
5.10.80.10.40	13 Penalidades Aplicadas p/Autoridades Reguladoras	6 972 586	8 310 926
5.10.80.10.50	14 Custos com Pesquisa e Desenvolvimento		0
5.10.80.10.75	15 Provisões Espec p/perda Clientes Com e Industriais		0
5.10.80.10.80	16 Outros Administrativos e de Comercialização		0
5.10.80.10.85	17 Provisões Especf p/perdas Inventário Com e Inds		0
5.10.80.10.90	18 Depreciações e Amortizações	157 372 528	110 304 859
5.10.80.10.99	19 Recuperação de Custos	0	0
5.10.80.80	XII - (-)Provisões s/outr valores Respon Provaveis	0	198 062 835
5.10.80.90	XIII - Resultado de Imobilizações Financeiras		
5.10.80.99	XIV - Outros Proveitos e Custos Operacionais	40 930 798	22 581 062
	XV - OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	1 515 473 082	1 577 849 150
5.10.90	XVI - RESULTADO ACTUALIZAÇÃO MONETARIA PATRIMONIAL		0,00
	XVII - RESULTADO OPERACIONAL	2 182 183 760	(1 085 555 701)
5.20	XVIII - RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(75 474 978)	(917 817 835)
	XIX - Resultado antes Impostos e outros Encargos	2 106 708 782	(2 003 373 535)
5.30	XX - (-)Encargos sobre Resultado Corrente	5 510 626	0
	XXI - RESULTADO CORRENTE LIQUIDO	2 112 219 408	(2 003 373 535)
5.80	XXII - (-)PARTICIPAÇÕES MINORITARIAS	0	0
	XIII - RESULTADO DO EXERCÍCIO	2 112 219 408	(2 003 373 535)



 Zembo Macedo
 Administrador Executivo



 Hélder Aguiar
 Presidente da Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES EXPRESSOS EM KWANZAS



CÓDIGO CONTIF	DESCRITIVO	ANO DE 2016	ANO DE 2015
	I Fluxo de Caixa da Margem Financeira (II+III)	126 679 000	169 096 000
	II Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)	338 787 000	469 346 000
6.10.10.10.10.20	1 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	-	-
6.10.10.10.10.40	3 Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
6.10.10.10.10.70	4 Recebimentos de Proveitos de Créditos	338 787 000	469 346 000
	III (-) Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	(212 108 000)	(300 250 000)
6.10.10.10.20.10	5 Pagamentos de Custos de Depósitos	(148 225 000)	(216 972 000)
6.10.10.10.20.20	6 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(39 329 000)	(77 884 000)
6.10.10.10.20.30	7 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	(24 554 000)	(5 394 000)
6.10.10.60	V Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	414 823 000	322 820 000
6.10.10.80	VI Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	147 827 000	78 326 000
	VIII FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+IV+V+VI+VII)	689 329 000	570 242 000
6.10.75	IX FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS		
6.10.80.10	10 (-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(1 246 900 000)	(1 317 169 000)
6.10.80.30	11 (-) Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	-	(5 511 000)
6.10.80.50	12 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	66 000	-
6.10.80.80	13 Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	107 303 000	(97 136 000)
6.10.80.90	14 Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras	16 420 000	(40 931 000)
6.10.80.99	15 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		
	X RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (10+11+12+13+14+15)	(1 123 111 000)	(1 460 747 000)
	XI FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+IX+X)	(433 782 000)	(890 505 000)
6.20.10.20	16 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	-	-
6.20.10.30	17 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	-	-
6.20.10.40	18 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
6.20.10.60	19 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	-	-
6.20.10.70	20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	800 237 000	(224 696 500)
	XII FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+18+19+20)	800 237 000	(224 696 500)
6.20.80	XIII FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		
6.20.90.10	21 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(32 383 000)	(7 592 619)
6.20.90.20	22 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	-
6.20.90.80	23 Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	-909 000,00	10 313 000,00
	XIV FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22+23)	(33 292 000)	(57 481 000)
	XV FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)	766 945 000	2 092 523 000
6.30.20.10	24 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	(909 997 000)	1 084 145 000
6.30.20.20	25 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	(1 000 000 000)	314 262 000
6.30.20.70	29 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	(82 176 000)	(45 053 000)
	XVI FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+26+27+28+29)	(1 992 173 000)	1 353 354 000
6.30.30	XVII FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS		
	XVIII FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS (30+31+32+33+34)		
6.30.80	XIX FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		
	XX FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XVIII+XIX)	(1 992 173 000)	1 353 354 000
	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4 736 362 000	2 180 988 000
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	3 077 352 000	4 736 360 000
	VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)	(1 659 010 000)	2 555 372 000

Zembo Macedo
Administrador Executivo

Hélder Aguiar
Presidente da Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO NOS FUNDOS PRÓPRIOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES EXPRESSOS EM KWANZAS

CÓDIGO CONTIF		CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS	RESULTADOS	(-) DIVIDENDOS	RESULTADO DO	RESULTADO DA	(-) AÇÕES OU	TOTAIS
				PONTENCIAIS	TRANSITADOS	ANTECIPADOS	EXERCÍCIO	ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS	COTAS EM TESOURARIA	
	SALDOS INICIAIS 01-01-2015	5 104 781 549	127 320 831	0	(4 851 682 103)	0	(2 112 219 408)	0	0	(1 731 799 131)
7.10.10	Recebimentos por Aumentos de Capital	230 125 000								230 125 000
7.10.20	Pagamentos por Reduções de capital									
7.10.40	Incorporações de Reservas ao Capital									
7.10.50	Incorporações de Resultados transitados ao Capital ao Capital									
7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	Efeitos de Ajustes ao Valor de Mercado em Activos Financeiros disponíveis para Venda									
7.40.10.20 + 7.40.20.20 + 7.40.30.20	Fluxo de Caixa									
7.40.10.30 + 7.40.20.30 + 7.40.30.30	Efeitos de Ajustes ao Valor justo para cobertura(Hedge) de Risco em Invest.no Exterior									
7.40.10.40 + 7.40.20.40 + 7.40.30.40	Efeitos da Variação Cambial em Imobilizações Financeiras no Exterior									
7.40.10.50 + 7.40.20.50 + 7.40.30.50	Efeitos de Perdas líquidas em Fundos de Pensão patrocinados									
7.40.10.60.10 + 7.40.30.60.10 + 7.40.70.60.10	Efeitos de Reservas de Reavaliação próprias									
7.40.10.60.20 + 7.40.30.60.20 + 7.40.70.60.20	Efeitos de Reservas de Reavaliação de Coligadas e Equiparadas									
7.40.40 + 7.40.50	Efeitos de Encargos Fiscais Incidentes sobre os Resultados pontenciais									
7.80.90	Reconhecimento de Actualização Monetária									
7.50.10	Apropriação de Resultado do Exercício						(2 003 373 535)			2 003 373 535
7.30.30	Constituições de Reservas e Fundos									
7.30.80	Anulações de Reservas e Fundos									
7.60.10	(-)Pagamentos de Dividendos antecipados									
7.50.20	(-)Dividendos propostos no período									
7.10.60 7.30.60 7.60.60	Compensações de Prejuízos				(2 112 219 408)		2 112 219 408			
7.70.10	Resultado da alteração de Critérios Contabilísticos									
7.80.10	Aquisição de Ações ou Quotas em Tesouraria									
7.80.20	Alienação de Ações ou Quotas em Tesouraria									
7.30.70	Resultado na Alienação de Ações ou Quotas de Própria Emissão									
7.80.30	Extinção de Ações ou Quotas em Tesouraria									
7.50.30	(-)Constituições de Reservas e Fundos									
7.90.10	(-)Variação nos Fundos próprios									
	SALDOS FINAIS 31-12-2016	5 334 906 942	127 320 831	0	(6 963 901 511)	0	2 003 373 535	0	0	501 699 404

BANCO BAI MICRO FINANÇAS, SA

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES EXPRESSOS EM KWANZAS

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		AUMENTOS		AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO		
		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
1.90.30.10	Sistemas de tratamento automático	204 041 477	180 809 798	-	-	12 897 601	204 041 477	193 707 399	10 334 078
1.90.30.20	Gastos de Expansão e Organização	26 625 309	22 245 807	-	23 000,00	3 261 157	26 625 309	25 506 965	1 118 344
1.90.30.20	Obras em Edifícios arrendados	456 431 698	217 607 697	-	(297 600 245)	76 605 432	258 540 453	141 002 265	117 538 188
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
1.90.20.10	Terrenos	323 183 446	26 882 000	390 589,52	12 696 000	319 988 193	319 988 193	49 532 000	270 456 193
1.90.20.20	Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	625 824 907	404 328 000	4 491 632,50	2 592 000,00	67 281 000	630 316 541	471 609 000	158 707 541
1.90.20.30	Imobilizações em curso	28 847 324	-	1 758 221,39	(13 849 000)	0	16 757 751	-	16 757 751
1.90.20.80	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	240 000	30 000	-	-	10 000	240 000,00	40 000	200 000
	TOTAIS	1 665 194 161	851 903 302	6 640 443	(296 138 245)	480 043 384	1 456 509 725	881 397 629	575 112 096

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES EM MILHÕES DE KWANZAS

CÓDIGO CONTIF	DESCRIPTIVO	VALOR PARTICIPAÇÃO	
		ANO DE 2016	ANO DE 2015
1.90.10.20	Participações em outras entidades residencial	622 806	622 806
1.90.10.30	Outras Imobilizações Financeiras USD	0	0
	TOTAIS	622 806	622 806


Zembo Macedo
Administrador Executivo

Hélder Aguiar
Presidente da Comissão Executiva

Parecer do Conselho Fiscal

1. Dando cumprimento ao mandato que V. Exas. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, nomeadamente da Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro de 2004, das Sociedades Comerciais, bem como os Estatutos do **BANCO BAI MICRO-FINANÇAS, S.A.**, submetemos à apreciação de V. Exas. o parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais compreendem o Balanço, que evidência um total de Activo de 8.396.617 milhares de Kwanzas, Passivo de 7.894.917 milhares de Kwanzas, sendo por isso os Capitais Próprios de 501.700 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 2.003.375 milhares de Kwanzas; a Demonstração de Resultados; a Mutação nos Fundos Próprios; o Fluxo de Caixa e as respectivas Notas Anexas.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício econ mico findo em 31 de Dezembro de 2016, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que se julgaram pertinentes, incluindo as diligências formais no que se refere ao Modelo de Governac  o adoptado, além de observar os demais procedimentos tidos como indispensáveis.
3. A actividade do **Banco BAI Micro-Finanças, S.A.** relativamente ao exercício econ mico de 2016, embora respeitando ao pressuposto da continuidade das operações, caracterizou-se por uma gestão condicionada e limitada no âmbito do desenvolvimento da sua actividade comercial continuando em curso um plano de reestruturação das suas actividades reportado ao BNA – Banco Nacional de Angola o Plano de Reestruturação e asseguramento da continuidade do Banco adequando para o efeito os racios prudenciais estabelecidos.

Com base no resultado da fiscalização, consideramos que:

- i. os documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, em nosso entender, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n  9/2007, de 19 de

Setembro, emitido pelo BNA, com as actualizações introduzidas pela Directiva n.º 04/DSI/2011, e descrevem sumariamente a actividade desenvolvida pelo Banco e ajudam a interpretar os resultados apurados, na medida em que evidenciam os factos mais relevantes e os factores que para eles contribuíram;

- ii. as políticas e processos em vigor nas matérias de governação corporativa respeitam parcialmente os princípios estabelecidos no artigo 5.º e a realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4.º, ambos do Aviso n.º 1/2013, de 19 de Abril, do BNA;
 - iii. as políticas e processos instituídos no âmbito do sistema de controlo interno respeitam, com alguma razoabilidade, os princípios estabelecidos no artigo 5.º e a permanente realização dos objectivos estabelecidos no artigo 4.º, ambos do Aviso n.º 2/2013, de 19 de Abril, do BNA, sendo que relativamente à área de crédito, durante o exercício de 2016 não foram concedidos novos créditos, verificando-se ainda em sede de auditoria reserva quanto às limitações dos seus sistemas de informação pelo facto do Banco não ter implementados procedimentos de registo e monitorização de garantias emitidas e respectivas responsabilidades. Entretanto, julgamos que com referência ao período de relato esta limitação poderá estar mitigada quanto aos seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em conta a operação conforme referida no ponto 4i) infra;
 - iv. as informações constantes no relatório a que o presente parecer se reporta estão de acordo com as disposições estabelecidas no artigo 1.º do Instrutivo n.º 1/2013, de 22 de Março, do BNA;
 - v. Não tomámos conhecimento de qualquer outra situação ou deliberação que fosse contrária às normas em vigor e que possam pôr em causa a razoabilidade das Demonstrações Financeiras apresentadas;
4. Destacamos o facto de que:
- (i) no âmbito do processo de reorganização e reestruturação em curso, no final de 2016 o Banco e o seu accionista BAI – Banco Angolano de Investimentos celebraram dois contratos de cessão de créditos pelo montante global de, aproximadamente, 4.297.000 milhares de Kwanzas. Este contrato incidiu sobre créditos vivos e sobre créditos abatidos ao activo no montante líquido de, aproximadamente, 1.263.000 milhares de Kwanzas (o crédito bruto diminuiu em cerca de 90%), tendo resultado desta operação um ganho de, aproximadamente, 3.034.000 milhares de

Kwanzas, contribuindo esta operação de forma significativa para os resultados positivos de 2016, e melhorando assim o Rácio de Solvabilidade Regulamentar, que se situou em 16,7%;

(ii) na sequência da solicitação efectuada pelo Banco Nacional de Angola, o Conselho de Administração submeteu durante o exercício de 2016 um plano de reestruturação do Banco, com vista a dar cumprimento aos requisitos de capital tendo em conta a legislação em vigor, tendo recebido anuência quanto à pretensão de reconhecer o aumento de capital enquanto decorre o processo normal, visando a autorização do aumento de capital social do Banco, formalizou a decisão dos accionistas através da carta Ref: 188/06/CE/17 de 08 de Junho de 2017 que mereceu aprovação do BNA em carta Ref: 746/DRO/17, de 15 de Junho de 2017.

5. Não obstante os supra referidos, o Conselho Fiscal recomenda para o exercício económico de 2017:

- i) o reforço e continuidade de políticas de gestão prudentes dada a conjuntura macroeconómica actual e às limitações actuais do mercado tendo em conta os efeitos da queda sistemática na produção e no preço do barril de petróleo; da baixa liquidez e do acesso condicionado às divisas no mercado;
- ii) ao cumprimento do Plano de Reestruturação do Banco, concretamente no que se refere à efectivação do registo da realização do aumento de capital;
- iii) o reforço e consolidação dos aspectos relacionados com o Corporate Governance e Controlo Interno (particularmente na área do crédito), tendo em conta o estabelecido no Aviso n.º 1/2013 de 23 de Março e n.º 2/2013 de 19 de Abril do Banco Nacional de Angola, incluindo os aspectos de Compliance e Risco (Aviso 07/16, de Junho) e Auditoria, e da Política de Provisão, tendo em conta a conjuntura actual do mercado financeiro em Angola;
- iv) acompanhamento da carteira de Depósitos (Colateral) de Clientes com Créditos associados de forma a acautelar o potencial risco de contencioso fiscal garantir o eficiente que coloquem em risco cumprimento do serviço da dívida;

- v) O Conselho Fiscal recomenda a não distribuição de resultados pelo facto de, em exercícios anteriores, o Banco apresentar resultados negativos, considerando que permitirá melhorar os fundos próprios regulamentares.
6. Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **Banco BAI Micro-Finanças, S.A.** naquela data, podendo ser submetidas à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, aos 20 de Junho de 2017



Audiconta Lda
(Presidente)

Representada por: Luis Neves



Fernando Hermes
(Vogal)

Raquel Vunge
(Vogal)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAKZ)

Aos Accionistas
do Banco BAI Micro Finanças, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BAI Micro Finanças, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BMF"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, que evidencia um total de 8.396.617 mAKZ e um capital próprio de 501.700 mAKZ, incluindo um resultado líquido de 2.003.375 mAKZ, as demonstrações dos resultados, das mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. No entanto, o Banco encontra-se em incumprimento dos requisitos de fundos próprios regulamentares das instituições financeiras bancárias previstos no Aviso nº 14/2013 de 15 de Novembro e não realizou em 2016 novas operações de crédito; estando em curso um plano de reestruturação das suas actividades. Conforme divulgado no relatório de gestão, na sequência da solicitação efectuada pelo Banco Nacional de Angola, o Conselho de Administração submeteu durante o exercício de 2016 um plano de reestruturação do Banco, com vista a dar cumprimento aos requisitos de capital da legislação em vigor. Face ao exposto, a capacidade do Banco para continuar as suas operações, depende da concretização do plano de reestruturação, do sucesso das operações futuras e da manutenção do suporte e reforço financeiro dos seus accionistas. O Conselho de Administração entende que resolverá com sucesso para o Banco os assuntos atrás referidos e por isso não considerou na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 eventuais ajustamentos que seriam necessários caso o princípio da liquidação tivesse sido o utilizado. Por outro lado o Conselho de Administração do Banco entendeu registar provisões para responsabilidades prováveis no montante de 198.063 m AKZ para fazer face a custos esperados com a reestruturação conforme referido na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras. As incertezas de mercado e outras relacionadas com o desfecho destes assuntos não nos permitem validar estas asserções do Conselho de Administração.
7. A rubrica "Imobilizado Incorpóreo" inclui benfeitorias realizadas em agências arrendadas a terceiros no montante líquido de 117.538 mAKZ (238.824 mAKZ em 31 de Dezembro de 2015). Conforme referido na Nota 4 f) do Anexo às demonstrações financeiras, o BMF está a amortizar as obras efectuadas nestas instalações em 10 anos, independentemente dos períodos de arrendamento contratualizados, por ser convicção do Conselho de Administração, tendo em consideração o histórico de renovações, que no termo do prazo os referidos contratos serão renegociados sucessivamente por períodos adicionais. Considerando que não existem garantias quanto à renovação dos actuais contratos de arrendamento no seu término não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade do procedimento adoptado pelo Banco. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos desta limitação nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016.
8. Decorrente da análise efectuada à carteira de crédito concedido pelo BMF em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e ao seu sistema de controlo interno implementado nesta área, verificámos que, em parte por limitações dos seus sistemas de informação, o Banco não tem implementados procedimentos de registo e monitorização de garantias emitidas e respectivas responsabilidades. Não obstante os esforços desenvolvidos pelo Banco, não nos é possível concluir quanto à inexistência de responsabilidades por garantias prestadas nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção "Bases para Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Micro Finanças, S.A. em 31 de Dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Ênfases

10. Conforme referido na Nota 16, à data das demonstrações financeiras, o Banco ainda não obteve autorização formal do Banco Nacional de Angola para classificar as entradas efectuadas pelo accionista BAI - Banco Angolano de Investimento, S.A. em 2014 e 2016, no montante de 2.517.373 mAKZ e 230.125 mAKZ, respectivamente, como aumentos de capital, correspondentes a 2.909.067 acções e 265.932 acções, respectivamente. Não obstante, o Banco procedeu ao registo dos referidos aumentos de capital atendendo ao acordo do Banco Nacional de Angola em relação aos pressupostos do plano de reestruturação referido no parágrafo 6 acima, o qual inclui estas entradas capital.
11. Conforme descrito na Nota introdutória, em 2016, o Banco realizou com o seu accionista Banco BAI - Banco Angolano de investimentos, S.A. ("BAI") uma operação de cessão de créditos, cujo valor contabilístico líquido de provisões para créditos de cobrança duvidosa à data da cessão ascendia a, aproximadamente, 1.263.000 mAKZ, pelo montante global de 4.297.000 mAKZ. Consequentemente o resultado líquido do exercício de 2016 reflecte ganhos relativos a reversão de provisões para créditos de cobrança duvidosa e recuperação de créditos abatidos no montante total de, aproximadamente 3.034.000 mAKZ. O BAI procedeu à liquidação do valor da cessão dos créditos através da entrega de títulos mobiliários emitidos pelo Estado Angolano com valor nominal de 4.303.000 mAKZ, os quais têm vencimento em 2017.
12. A informação financeira expressa no anexo às demonstrações financeiras em Dólares dos Estados Unidos é apresentada apenas para efeitos de conveniência de leitura e foi convertida com base nos critérios descritos na Nota 3, não devendo ser interpretada como a representação de que os montantes em Kwanzas têm sido, poderiam ter sido ou poderão vir a ser, convertidos em Dólares dos Estados Unidos.
13. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 preparadas para efeitos comparativos foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no Relatório de Auditoria datado de 4 de Maio de 2016, inclui (i) duas reservas sobre os assuntos mencionados nos parágrafos 6 e 7 acima e (ii) uma reserva sobre os assuntos referidos no parágrafo 8 que incluía ainda a suficiência das provisões para créditos de cobrança duvidosa, a qual deixou de ser aplicável em 2016 decorrente dos efeitos da transacção descrita no parágrafo 11 acima.

Luanda, 14 de Junho de 2017



Deloitte & Touche Auditores, Limitada
Representada por: José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPA nº 20130163